

Tema em discussão

O futuro da economia

Nossa opinião

Investimentos insuficientes

O baixo crescimento da economia brasileira em 2012, contrariando as previsões oficiais do início do ano, acionou um sinal de alerta. O diagnóstico de que o país poderia crescer de maneira sustentável estimulando basicamente o consumo mostrou-se falho. Isso porque a demanda gerada pelo aumento da massa salarial e a criação de empregos não tiveram contrapartida pelo lado da oferta, como bem destacou o Banco Central na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Se a oferta não acompanha a demanda, é possível que se deva ao fato de os empresários terem dúvida sobre se a procura se manterá ao longo tempo com a atual política econômica. Especialmente nos segmentos da indústria, houve um evidente quadro de perda de competitividade.

Na tentativa de mudar esse quadro, o governo forçou um barateamento do crédito, estimulou uma considerável desvalorização do real no segundo semestre do ano passado, e ainda tem promovido desonerações tributárias pontuais. Outro passo nessa tentativa foi a redução das tarifas de energia elétrica, da ordem de 30% para o setor industrial. E o mais recente foi a adoção de regras mais atrativas para os investidores nas futuras concessões de rodovias federais, algumas com previsão para 2013.

Essa talvez seja a mais emblemática das iniciativas, pois assinala que o governo reconheceu que as demonstrações anteriores de in-

tervencionismo estatal em marcos regulatórios somente estavam contribuindo para assustar os empresários, em vez de despertar o chamado "espírito animal", tão propalado como uma das condições necessárias para impulsionar os investimentos e o crescimento econômico.

O governo se apoia em alguns indicadores para acreditar que o ritmo de atividade econômica em 2013 será mais intenso. Tanto a produção como as vendas de veículos em janeiro apresentaram expansão acima das expectativas. Os desembolsos do BNDES relativos a empréstimos já concedidos avançaram 25% no primeiro mês do ano em relação a igual período de 2012, e o banco estima que esse resultado se repetirá em fevereiro.

Se efetivamente o governo tiver se convencido que é a insuficiência de investimentos o gargalo que aprisionou a economia brasileira a um contexto de baixo crescimento — e é —, ficará mais fácil encontrar soluções para os problemas.

Atrasos nos programas de concessões para diferentes setores da infraestrutura, incertezas regulatórias, desatinos na política fiscal (a ponto de se recorrer a uma "contabilidade criativa" para fechar as contas só formalmente dentro das metas), leniência quanto à trajetória de inflação, tudo isso gerou um ambiente de dúvidas que fez os investimentos se retraírem. Se antes a economia brasileira aparecia na mídia internacional como uma das promissoras, agora tem sido alvo de críticas e até de descrédito. ●

Erros de condução de política econômica semearam dúvidas, e os empresários se retraíram

Outra opinião

País mais competitivo

FRANCIS BOGOSSIAN

A presidente Dilma Rousseff deu importante passo para mudar o perfil da massa de trabalhadores brasileiros. A decisão de universalizar a desoneração da folha de pagamento das empresas contribuirá para reduzir a informalidade no mercado de trabalho.

Em vez da contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamento para a Previdência, as empresas passarão a recolher uma alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento bruto. O governo iniciou este processo em 2011, beneficiando quatro setores, e chegou ao término de 2012 totalizando 42 setores, entre eles o da construção civil.

Foi uma decisão corajosa, porque significa que o governo abriu mão de uma arrecadação superior a R\$ 13 bilhões. Mas, por outro lado, certamente contribuirá para conduzir à formalidade um grande contingente de trabalhadores. Mas, para compensar, a arrecadação acaba de bater um novo recorde: atingiu R\$ 1,029 trilhão, exatamente por ter um mercado aquecido e pelo recolhimento da contribuição previdenciária. Assim, uma grande reforma das leis trabalhistas é mais do que necessária, embora não se trate de assunto para ser resolvido rapidamente, ao contrário da desoneração.

Aos poucos os gargalos que emperram o crescimento econômico do Brasil começam a ser desfeitos. A redução do custo da energia elétrica é outra reivindicação do setor produtivo que está sendo atendida já a partir de fevereiro, chegando a até 32% nas tarifas das empresas, além de bene-

ficiar o consumidor pessoa física (18%) e aliviar a inflação.

As taxas de juros altas, um dos maiores entraves para a competitividade das empresas brasileiras frente às de capital estrangeiro, já não existem. Hoje, a taxa de juros Selic é de 7,25% ao ano, o que representa um juro real de 1,33%. Sem dúvida, neste governo, a fase de taxas de juros reais superiores a 10% ao ano é história do passado. Os investidores institucionais, bancos e fundos de previdência precisam buscar novas fontes de investimentos. Só resta o investimento produtivo.

A redução do custo da energia elétrica é reivindicação já atendida do setor produtivo

Este capital busca investimentos em infraestrutura e em habitação. Consciente das dificuldades de deslançar projetos de infraestrutura e logística, a presidente Dilma decidiu também pela concessão à iniciativa privada de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Estimular o crescimento e o fortalecimento das empresas nacionais e da engenharia brasileira também tem sido a tônica da presidente Dilma, que agia neste sentido desde o governo Lula e agora deu mais um passo. A Lei 7.888/2013 exige que, na execução dos projetos de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 80% do valor gasto com material rodante, plataformas, estações e oficinas sejam de origem brasileira. Agora, temos que investir mais em educação para inovar e deixarmos de ser emergentes. ●

Francis Bogossian é presidente do Clube de Engenharia e da Associação de Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro (AEERJ)